

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/27503</b>	<b>35847/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DOM - UAC [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

#### **Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM - “PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”**

Preço base Global (9 lotes): €2 477 257,45 (dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e imposto sobre o valor acrescentado cinco cêntimos), (Sem IVA).

#### **Empreitada: Lote 1 – Luminárias Viárias Tradicionais**

Preço Base: €1 621 257,28 (um milhão seiscentos e vinte e um mil, duzentos e cinquenta e sete euros e vinte e oito cêntimos).

#### **RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS - Lote 1 – Luminárias Viárias Tradicionais**

**ASSUNTO:** Aprovação da adjudicação da empreitada e aprovação da minuta do contrato.

**Proposta:** Submete-se para aprovação, a adjudicação da empreitada, correspondente ao **Lote 1 – Luminárias Viárias Tradicionais**, ao concorrente em **Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda**, pelo valor de **€957.395,23 (novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e**



**cinco euros e vinte e três cêntimos), a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 65 dias.**de acordo com a informação que consta no Relatório Final\_CPE. 13.25.DMOSM, com o Código Validação: 5RH3F4W4WE2GFCCZG4S4L2KTD, em anexo.

Simultaneamente, submete-se para aprovação a minuta do contra, que se anexa.

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: Câmara Municipal de Braga.

**Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM**

**Contratação: empreitada de “PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”.**

Preço base Global (9 lotes): €2 477 257,45 (dois milhões quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e sete euros e quarenta e imposto sobre o valor acrescentado cinco cêntimos), (Sem IVA);

## **Relatório Final de Análise e Ordenação das Propostas**

### **Lote 1 – Luminárias Viárias Tradicionais**

Preço Base: €1 621 257,28 (um milhão seiscentos e vinte e um mil, duzentos e cinquenta e sete euros e vinte e oito cêntimos).

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 24/07/2025, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei



n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **3530/2025**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 30, de 12 de fevereiro de 2025, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

## **I – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA:**

I.I. No âmbito da empreitada supramencionada e em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes que apresentaram proposta para o **Lote 1 – Luminárias Viárias Tradicionais**, o respetivo relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia. Durante o prazo acima referido, foram rececionadas as reclamações, que se anexam, apresentadas pelos seguintes concorrentes:

- Agrupamento: BrightCity, S.A e Painhas, S.A;
- CUNHA BASTOS, LDA;
- Agrupamento: IELAC - Instalações Especiais, Lda e António Manuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda.

## **II. ANÁLISE DAS RECLAMAÇÕES APRESENTADAS:**

### **II.I. Agrupamento BrightCity, S.A e Painhas, S.A;**

- a) - A reclamação do concorrente Agrupamento: Amener - Eficiência Energética, S.A. e Faixa Vertical – Unipessoal, Lda., traduz-se genericamente no seguinte:

O concorrente refere que tomou muito recentemente conhecimento de uma suspeita de falsidade de certos documentos que lhe foram disponibilizados por entidade especializada terceira e que vieram a instruir a sua proposta, que já se encontra a averiguar internamente.

#### **b) Decisão do júri:**

Analisado o teor da pronúncia apresentada pelo concorrente, foram tecidas as seguintes conclusões:



O júri ponderou as observações deste concorrente e deliberou não acolher os argumentos apresentados, pelos seguintes motivos:

## II.II. CUNHA BASTOS, LDA

**a) A reclamação do concorrente CUNHA BASTOS, LDA., traduz-se genericamente no seguinte:**

O reclamante solicita a exclusão da proposta do concorrente Agrupamento: I-SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda., por os documentos da proposta, apresentados por este concorrente, não se encontram em condições, devendo, portanto, ser excluída.

**b) Decisão do júri:**

Analisado o teor da pronúncia apresentada pelo concorrente, foram tecidas as seguintes conclusões:

O júri ponderou as observações deste concorrente e deliberou não acolher os argumentos apresentados, pelos seguintes motivos:

1. A corrente de alimentação no LED exigida nas peças do procedimento é de no máximo 700mA, o que de acordo com a declaração anexa ao Relatório Fotométrico apresentada pelo Agrupamento I-SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda, emitida pelo fabricante, atesta que a medição realizada não é no LED, mas sim á saída do Driver, pelo que, entendemos que são cumpridos os requisitos definidos nas peças do procedimento.
2. Os elementos apresentados pelo Agrupamento I-SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda, relativamente às luminárias propostas para o concurso não evidenciam qualquer incumprimento relativamente aos restantes pontos reclamados.

Face ao exposto, é entendimento do júri **manter a admissão da proposta** apresentada pelo concorrente em Agrupamento I-SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda.

**II.III. Agrupamento: IELAC - Instalações Especiais, Lda e António Manuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda.**



a) A reclamação do concorrente Agrupamento IELAC - Instalações Especiais, Lda e António Manuel Jesus Rocha Unipessoal, Lda., traduz-se genericamente no seguinte:

- 1- Este concorrente refere que não pode haver dúvida que todos os Relatórios Fotométricos apresentados pela Reclamante foram realizados nas instalações da Lepower, e devidamente acreditadas segundo a norma EN ISO/IEC 17025:2017 pelo organismo CNAS, pelo que a respetiva proposta deve ser admitida;
- 2- A reclamante solicita a exclusão da proposta apresentada pelo concorrente Agrupamento I SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda. e Linhas Prateadas, Lda, por se verificar que a respetiva proposta apresenta várias desconformidades/irregularidades técnicas.

**b) Decisão do júri:**

Analisado o teor da pronúncia apresentada pelo concorrente, foram tecidas as seguintes conclusões:

O júri ponderou as observações deste concorrente e deliberou não acolher os argumentos apresentados, pelos seguintes motivos:

- 1- Os documentos apresentados pelo reclamante, bem como os esclarecimentos prestados, relativos ao documento solicitado no *Programa do Concurso, artigo 13.1 I) 1.h) - “Relatório de Fotometria emitido por laboratório acreditado, de acordo com a Norma 13032....” não cumprem* os requisitos solicitados nas peças do procedimento, **pelo que o júri decidiu manter a exclusão da respetiva proposta.**
- 2- Os relatórios apresentados pelo Agrupamento I SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda. e Linhas Prateadas, Lda, quanto à Temperatura de Cor, exigida nas Peças do Procedimento é de 3000 K  $\pm$  200 K, enquadram-se nos valores definidos, isto é, os valores medidos estão dentro da margem admissível. Quanto ao grau de incerteza das medições está estritamente relacionado com as limitações de precisão dos instrumentos de medição e dos próprios testes. A incerteza é baseada numa distribuição gaussiana de probabilidade, o que não faz qualquer sentido estarmos a considerar o grau de incerteza dos instrumentos de medição face a um resultado já medido como sendo um fator eliminatório da proposta, pelo que é entendimento do júri manter a admissão da respetiva proposta.



**3-** Os elementos apresentados pelo Agrupamento I-SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda, relativamente às luminárias propostas para o concurso não evidenciam qualquer incumprimento relativamente aos restantes pontos reclamados.

**É entendimento do júri manter a admissão da proposta** apresentada pelo concorrente em Agrupamento I-SETE – Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas. Lda.

### III – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Face ao supramencionado, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Prazo de execução
1.º	Agrupamento: I-SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda.	€957.395,23	65 dias
2.º	Cunha Bastos, Lda.	€987.700,00	65 dias
3.º	Agrupamento: Amener - Eficiência Energética, S.A. e Faixa Vertical – Unipessoal, Lda.	€1002342,66	65 dias
4.º	Sociedade Ibérica de Construcciones Eléctricas	€1.281.630,78	65 dias
5.º	Alferpac - Projectos, Assistência e Obras Públicas, S.A.	€1.430.200,00	65 dias



## IV –ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **Agrupamento: I- SETE - Inovação Soluções Económicas e Tecnologia Ecológica, Lda e Linhas Prateadas, Lda.** ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€957.395,23 (novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e cinco euros e vinte e três cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo **prazo de execução de 65 dias**.

### I.1 – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 128355 e 128356, ambos de 01/09/2025.

### I.2 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 25.º do Programa do Concurso.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

### I.3 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

### I.4 – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

## II – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.





Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- \_ Para prestar caução;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

25 de julho de 2025

O Júri do Procedimento,

**Em anexo:**

- Minuta do Contrato;
- Compromisso;
- Relatório Preliminar.



**MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.02.25.DMOSM****“PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO  
CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”****LOTE 1 – LUMINÁRIAS VIÁRIAS TRADICIONAIS**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

**Segunda: Sociedades em agrupamento: I-SETE - INOVAÇÃO SOLUÇÕES ECONÓMICAS E TECNOLOGIA ECOLÓGICA LDA**, pessoa coletiva n.º 507513908, com sede na Rua das Novas Empresas, n.º 237, 4785 - 640 Trofa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € .....  
(.....euros, aqui representada por....., na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente, com o Código de acesso:.....e **LINHAS PRATEADAS, LDA**, pessoa coletiva 508253543, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 105, 4560-841 Urrô – Penafiel, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de €..... (..... euros), aqui representada por....., na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente, com o Código de acesso:....., Sociedades estas que se apresentaram ao concurso organizadas como agrupamento de empresas, nos termos do artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2018 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes, e que após adjudicação da presente empreitada, se associaram em consórcio externo de responsabilidade solidária, com a denominação “.....”, com sede em.....tendo como chefe do consórcio....., conforme contrato de consórcio que celebraram entre si, em....., sendo arquivado um exemplar. Sendo as referidas sociedades associadas em consórcio, doravante identificadas por «**Empreiteiro**».



Considerando que:\_\_\_\_\_

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 10 de fevereiro de 2025, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por Concurso Público: CPE.02.25.DMOSM, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;\_\_\_\_\_
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 93384, de 03/02/2025, retificado em 20/02/2025 e a informação de compromissos n.º ....., de ....., e n.º .....de.....
- c) No seguimento da aprovação do Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas, por deliberação da Câmara Municipal, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, correspondente ao **Lote 1 – Luminárias Viárias Tradicionais**, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;\_\_\_\_\_
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;\_\_\_\_\_
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.\_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**  
**(Objeto do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes ao **Lote 1 – Luminárias Viárias Tradicionais**, da empreitada **“PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO CONCELHO DE BRAGA, LED – 2024 (9 lotes)”**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação,



devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.\_\_\_\_

**Artigo 2.º**  
**(Local da obra)**

\_\_\_\_Os trabalhos de empreitada serão executados em várias ruas do concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a).\_\_\_\_\_

**Artigo 3.º**  
**(Preço contratual)**

\_\_\_\_O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€957.395,23 (novecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e cinco euros e vinte e três cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 4.º**  
**(Condições de pagamento)**

\_\_\_\_1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas.\_\_\_\_\_

**Artigo 5.º**  
**(Revisão de preços)**

\_\_\_\_1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A revisão de preços obedece à fórmula descrita na cláusula 36.º n.º 2 do Caderno de Encargos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.\_\_\_\_\_



\_\_\_\_ 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 6.º**

##### **(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_ O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **65 (sessenta e cinco) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 7.º**

##### **(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido *Código*.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 8.º**

##### **(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

\_\_\_\_ 1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato.\_\_\_\_\_



\_\_\_\_2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. \_\_\_\_\_

**Artigo 9.º**  
**(Subcontratação)**

\_\_\_\_1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

**Artigo 10.º**  
**(Caução)**

\_\_\_\_1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €..... (.....), correspondente a 5% do preço contratual, mediante..... \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

**Artigo 11.º**  
**(Liberação da caução)**

\_\_\_\_A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

**Artigo 12.º**  
**(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_1. O dono da obra designa o **Eng. Rúben Alves**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato. \_\_\_\_\_



**Artigo 13.º****(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as seguintes informações de contacto: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **ruben.alves@cm-braga.pt** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@i-sete.pt** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. \_\_\_\_\_

**Artigo 14.º****(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus





colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra. \_\_\_\_\_

**Artigo 15.º**  
**(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor. \_\_\_\_\_

**Artigo 16.º**  
**(Foro competente)**

\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência dos tribunais ou juízos especializados em razão da matéria que se encontrem na jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. \_\_\_\_\_

**Artigo 17.º**  
**(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. \_\_\_\_\_

**Artigo 18.º**  
**(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. \_\_\_\_\_



**Artigo 19.º  
(Vigência)**

\_\_\_\_\_O presente contrato não produzirá quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do nº 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atual.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura.\_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(.....)

